

## I. OS "POVOS DAS MONTANHAS" E O "PERÍODO DAS TREVAS"

Incorporou-se à historiografia sobre o Antigo Oriente a noção de uma "idade das trevas" que corresponde, em linhas gerais, ao século XVI, e separa a primeira dinastia babilônica da aparição de uma documentação mais abundante no início do Bronze Tardio. A definição da amplitude do período das trevas depende da escolha de uma cronologia mais "longa" ou mais "curta". A escolha cronológica tornou-se também um elemento de avaliação cultural. Os que sustentam escolhas mais longas destacam uma drástica mudança cultural entre o período paleobabilônico e o Bronze Tardio, que exige certo intervalo; os que sustentam a escolha mais curta destacam os elementos de continuidade e a escassez de documentos.

Agora que se conhece melhor a antiga e a média documentação hitita, o caráter obscuro do século XVI é reavaliado. O reino de Mitanni (Khurri ou Khanigalbat) já estava formado à época de Hattusili I, e assim não havia mais espaços vazios a serem preenchidos na Alta Mesopotâmia (palco das principais mudanças). Há uma evidente diminuição da documentação escrita. Na Babilônia ela é mais expressiva, criando-se um hiato entre a documentação paleobabilônica e a cassita, que volta a emergir apenas a partir do período amarniano; ainda maior é o hiato assírio que ocorre entre o governo de Ishme-Dagan e o de Ashur-uballit e menor o hiato hitita entre Mursili e Telipinu. Em escala menor, é característico o hiato entre os textos de Alalakh VII, aproximadamente 1700-1650, e os de Alalakh IV, aproximadamente 1550-1450, com uma ausência de textos nos níveis VI-V. Essa diminuição da documentação deve-se, em parte, à casualidade das descobertas, mas também à constatação de uma fase de ajuste das novas administrações estatais (reino hurrita de Mitanni, reino cassita da Babilônia) que exige tempo para implementar um amplo sistema de controle da administração da economia.

Apesar de se admitir que o século XVI teve certo caráter sombrio, determinadas explicações que lhe tinham sido dadas já não se sustentam. Explicava-se que essa espécie de "idade média" da metade do segundo milênio a.C. devia-se à invasão do Oriente Próximo por novas populações, provenientes das altas terras anatólicas e iranianas e denominadas, portanto, "povos das montanhas", cujo núcleo principal era o elemento indo-europeu. A entrada na cena política de hititas, hurritas, cassitas era considerada um fenômeno unitário, concentrado no plano cronológico e também no etnolinguístico, não obstante a distinção entre o elemento indo-europeu anatólico e o elemento indo-iraniano presentes entre hurritas e cassitas, considerando-se ainda o caráter claramente não indo-europeu desses dois povos.

Os hititas e os outros povos de língua indo-europeia do planalto anatólico pertencem a um ramo muito arcaico, e já estão presentes naquela região pelo menos desde o fim do terceiro milênio (mas provavelmente antes disso). Assim, o fluxo migratório já tinha meio milênio ou mais de história. A formação do Estado hitita coincide com a fase paleobabilônica final, e já demonstrou seu impacto político e militar com a destruição de Yamkhad e da Babilônia. Na verdade, os hurritas não constituem um elemento novo à metade do segundo milênio: eles são atestados na Alta Mesopotâmia desde o surgimento da documentação escrita, à metade do terceiro milênio. Quanto aos cassitas, trata-se de uma das populações dos Montes Zagros (como os gútios e os lullubis) que pressionam a planície mesopotâmica, e sua tomada do poder na Babilônia não parece constituir um fato migratório consistente, e sim uma intervenção político-militar por parte de um núcleo minoritário que não altera substancialmente a estrutura étnica da Babilônia.

O novo elemento etnolinguístico é constituído pelos elementos indo-iranianos que encontramos na onomástica de Mitanni e em outros Estados vinculados a ele, e também na terminologia ligada à nova técnica de criação e adestramento de cavalos usados para tracionar os carros ligeiros de duas rodas. Aparecem nomes com uma clara etimologia indo-iraniana (muito semelhante à antiga língua persa e ao sânscrito), como Shuwardata "dado pelo céu", Biryashshura "herói de valor", Indaruta "sustentado por Indra". Aparecem nomes divinos como Indra, Mitra, Varuna, Nashatya (invocados em um tratado Hatti-Khurri) ou como Shurya (divindade solar dos cassitas). Aparecem termos e frases indo-iranianos nos tratados sobre adestramento de cavalos (*aika-wartanna* "uma volta", *téra-wartanna* "três voltas", *panza-wartanna* "cinco voltas" etc.) e o próprio termo *maryannu*, que se refere aos guerreiros montados em carros, é etimologicamente indo-iraniano (em sânscrito, *marya* significa "jovem guerreiro"). É preciso considerar que este estrato indo-iraniano é bem distinto do grupo anatólico indo-europeu, sendo mais recente e de origem oriental.

Não se trata, porém, de uma invasão como era anteriormente descrita: uma onda de guerreiros indo-iranianos, dotados de carro e cavalos, que graças à superioridade de suas armas e à sua agilidade espalham-se por todo o Oriente Próximo, chegando até o Egito (hicsos) e ocupando posições de poder sobre uma população hurrita ou semita

## Terminologia e onomástica ligadas ao adestramento de cavalos de guerra e ao uso do carro ligeiro

### 1. TERMOS INDO-IRANIANOS REFERENTES A CARROS E CAVALOS NO TRATADO DE KIKKULI E NOS TEXTOS DE NUZI

- ashshushshanni*: criador de cavalos (ant. ind. *asvas* cavalo)  
*ashuwaninni*: auriga (?) (como anterior?)  
*maryannu*: combatente no carro (ant. ind. *marya* jovem)  
*babrunnu*: marrom-vermelho (cor dos cavalos) (ant. ind. *babru* vermelho-marrom)  
*barittannu*: cinza (ant. ind. *palitá* < \* *palitá* cinza)  
*pinkarannu*: ruivo (ant. ind. *pingalá* < \* *pingalá* avermelhado)  
*aika-wartanna*: uma volta (ant. ind. *éka* < \* *aika* 1 + ant. iran. *vartanī* volta, percurso)  
*têra-wartanna*: três voltas (*tri* + *vartanī*)  
*panza-wartanna*: cinco voltas (*pánca* + *vartanī*)  
*shatta-wartanna*: sete voltas (*saptá* + *vartanī*)  
*nâ-wartanna*: nove voltas (*náva* + *vartanī*)

### 2. POSSÍVEIS ETIMOLOGIAS INDO-IRANIANAS DOS NOMES DA CASA REAL DE MITANNI

- Tushratta* = ant. ind. *tvesá-ratha* cujo carro de guerra avança impetuosamente  
*Shattiwaza* = ant. ind. \**sáti-vâja* que consegue presas de guerra  
*Artatama* = ant. ind. \**Rta-dhâmam* cuja residência é Rta (verdade, justiça)  
*Artashumara* = ant. ind. \**Rta-smara* que se recorda / se lembra de Rta

escravizada. Não há, porém, traços dessa invasão. A penetração dos "hicsos" no Egito deu-se em um período anterior, e ocorreu de uma forma completamente diferente. Ademais, a constituição do reino de Mitanni (que seria o centro político dos indo-iranianos) resultou da unificação de formações hurritas muito antigas. Aqui temos mais a ver com a difusão de uma moda onomástica e de uma terminologia técnica, ligada à popularização do carro ligeiro e dos cavalos, esta, sim, uma inovação do século XVII, com origem nas extensas estepes do planalto iraniano e da Ásia central, onde a crise da urbanização, após o início do segundo milênio, tinha criado um vazio político e demográfico que favoreceu a penetração de povos de pastores e guerreiros vindos da área dos kurgans. Dali, a nova técnica bélica espalhou-se pelo Oriente Próximo. Nos Estados da Alta Mesopotâmia e no norte da Síria essa técnica foi adaptada às condições socioeconômicas das civilizações urbanas com organização política complexa.

O verdadeiro hiato ocorre no final do terceiro milênio, que se caracteriza, arqueologicamente, por claras discontinuidades na passagem do Bronze Antigo ao Médio. A passagem do Bronze Médio ao Tardio, por sua vez, que se situa exatamente no século XVI, se dá por linhas internas, sem discontinuidade. O ciclo de urbanização foi único, com um desenvolvimento e contração unitários, e a evolução da cultura material foi contínua e sem interrupções. A distinção entre o Bronze Médio e o Bronze Tardio é um fato técnico, com subfases cronológicas, mas o ciclo cultural é único; uma nova ruptura se dará posteriormente no século XII, com a passagem para o período do Ferro. Portanto, o suposto período das trevas, inserida bem no meio desse desenvolvimento cultural contínuo e não importunado por fenômenos migratórios importantes, é o reflexo, no plano documental, de fenômenos de reorganização política e de mudanças socioeconômicas, que se deram, seja como consequência da nova técnica bélica, seja devido a fatos políticos concretos.

## 2. AS INOVAÇÕES TÉCNICAS E SUAS REPERCUSSÕES

Alguns equídeos faziam parte do patrimônio zootécnico do Oriente Próximo desde a revolução neolítica (ou melhor, desde a "revolução secundária" de A. Sherrat). O burro era o principal animal de carga, e sua variedade selvagem (onagro), por ser mais robusta, era usada para a tração de carros de quatro rodas, mas a área de difusão do cavalo selvagem, e as maiores dificuldades de sua domesticação, tinham feito com que até meados do século XVII não tivessem sido utilizados de forma habitual. É certo que não faltam testemunhos de natureza paleozoológica, trata-se de casos isolados. O fato de os cavalos não possuírem uma relevância histórica fez com que não tivessem um papel importante nos textos. Mesmo sua designação suméria como *anshe kur. ra* "burro da montanha" mostra que ele era considerado uma variante exótica e selvagem do burro, mais conhecido e mais dócil. Por volta de 1600, ele se insere definitivamente no Oriente Próximo, difundindo-se muito rapidamente em toda a área, chegando até o Egito. O cavalo é usado para puxar um carro ligeiro, com duas rodas com raios, construído com uma seleção de madeiras duras adequadas; sua rapidez permitia que uma parelha de cavalos com cangas puxasse um carro que levava duas pessoas (um cocheiro e um arqueiro), desenvolvendo uma grande velocidade. O carro também tem uma longa e bem documentada história. Os primeiros carros tinham quatro rodas maciças e eram utilizados para o transporte de mercadorias, sendo mais raro o carro de duas rodas (puxado por onagros) cavalgado por um combatente que, preocupado em guiar o carro e defender-se, não conseguia utilizar com eficiência o arco ou outras armas.

A origem do carro de duas rodas e do cavalo adestrado para puxá-lo é atribuída ao ambiente iraniano, dado que (como já acenamos) a terminologia técnica associada a este especial e difícil adestramento inclui termos e frases indo-iranianas que aparecem sem modificações em textos escritos em hitita ou em acádio. A técnica era desenvolvida



Figura 84. O rei-herói, sozinho, com carro e cavalos, derrota as multidões inimigas (decoreção do carro de Tutankhams IV).

entre os indo-iranianos do planalto (ou da Ásia central), mas sua penetração na Mesopotâmia, Anatólia e Síria exigiu ajustes e aperfeiçoamento de caráter técnico e sociopolítico. Os cavalos e carros ligeiros foram usados para a caça, que podia ter um importante valor simbólico (quando era feita pelo rei), mas pouco interesse político. Sua principal aplicação era na guerra, o que revolucionou toda a técnica de combate.

As guerras do terceiro milênio e da primeira metade do segundo envolviam batalhas campais entre as infantarias dos exércitos, em uma luta corpo a corpo com armas curtas, por vezes precedida pelo lançamento de flechas e lanças. Eram decididas, geralmente, nos assédios às cidades amuralhadas, com o uso de máquinas cada vez mais eficazes, o que envolve uma correspondente melhoria das fortificações. A batalha típica da metade do segundo milênio até o fim do período do Bronze (no período do Ferro acontecerão outras mudanças) distinguia-se pela investida de carros contra carros ou contra a formação de infantaria. Assim, o exército era composto por dois corpos (com prestígio social e militar diversos): infantaria e carros, a primeira mais numerosa, e a segunda mais ágil e eficaz.

O carro tinha diferentes funções: plataforma móvel para lançamento de flechas, instrumento para enfrentar a infantaria e meio de perseguição ao inimigo em fuga. O uso como plataforma móvel era aceito por todos, no entanto, o uso para enfrentar a infantaria era inadequado porque os cavalos refugavam diante de um obstáculo fixo. A iconografia e os textos do Bronze Tardio, todavia, atestam com frequência este uso, interpretando-o como o mais eficaz e o mais ousado. O fato é que a formação de infantaria não era muito compacta e assim não constituía um grande obstáculo. Além disso, o medo dos cavalos devia ser superado em muito pelo terror dos soldados da infantaria ao se verem investidos pelos carros; assim a fuga dos soldados precedia o refugio dos cavalos. Em síntese, as batalhas do Bronze Tardio podem ser consideradas como o lançamento dos carros do exército atacante contra as fileiras da infantaria inimiga, seguidos também da própria infantaria aproveitando as brechas abertas, enquanto os carros inimigos tentavam atacar pelos flancos. Sabe-se que as batalhas são sempre narradas pelos vencedores, de modo que a tática do assalto com choque frontal era a mais eficaz, mas nada se diz a respeito da eficácia que as posições defensivas podiam ter quando se apoiavam em um obstáculo natural, como um rio ou uma encosta.

A passagem para o Bronze Tardio é marcada por outras inovações, como a difusão das couraças com escamas de metais que protegiam homens e cavalos. Foram encontrados alguns exemplares delas nas escavações, assim como representações iconográficas e menções a elas nos textos administrativos. Trata-se de uma resposta à difusão do arco composto (construído com dois cornos unidos pela base) com um alcance e uma força de penetração muito superior ao arco comum. As lutas entre infantarias, com armas curtas, perde sua importância. As técnicas e as máquinas de assédio mantiveram os níveis já atingidos no período de Mari.

As inovações técnicas tiveram um grande impacto sobre a organização social, ao combinar consequências de tipo ideológico com outras de tipo econômico. Em termos ideológicos, a constituição de um corpo de condutores de carros que decide o êxito das

batalhas serviu para difundir uma espécie de ideal heroico, patrimônio de uma classe social. As batalhas não eram mais vencidas (no imaginário coletivo do tempo) pelo rei ou pela divindade da cidade, que utilizava a infantaria apenas como um instrumento de sua ação. Agora elas eram vencidas por um corpo de condutores de carros bem armados e preparados, cuja principal virtude era a coragem. O rei compartilha com seus *maryannu* esses ideais elitistas de coragem e de valentia, que refletirão na documentação literária e figurativa de toda a área próximo-oriental, do Egito à Babilônia.

O custo do equipamento (carros, cavalos, couraças de metal para homens e cavalos, armas de ataque e defesa) e a complexidade do treinamento exigiram que os palácios reais tivessem equipes de condutores de carros em tempo integral e uma destinação de recursos econômicos para mantê-las. Recorreu-se ao antigo sistema de conceder lotes de terra (incluindo-se os colonos) em troca do serviço militar, e também para permitir a criação de cavalos e seu adestramento coordenado com a preparação dos homens. O grande número de lotes consignados, o caráter militar do serviço prestado, as relações de solidariedade (amizade pessoal, parentela) entre reis e *maryannu* fizeram com que o antigo sistema da repartição de terras em troca de serviços assumisse agora um caráter mais distinto, que de maneira imprópria, mas aproximada, poderia ser denominado de "feudal". É a primeira vez que no âmbito do Estado palaciano um grupo militar se aproxima dos grupos de administradores e escribas, de sacerdotes, de mercadores, passando a constituir o núcleo dirigente e a obter uma posição socioeconômica privilegiada.

O surgimento dessa "aristocracia militar", com seu ideal heroico e suas terras, coincidiu com outra tendência de mudança radical no sistema sociopolítico da área sírio-mesopotâmica. A partir já dos textos de Mari, mas depois, sobretudo a partir dos de Khana e de Alalakh VII, os documentos que forneciam garantias pessoais para cobrir dívidas começaram a incluir cláusulas do tipo "também no caso de (um edito de) libertação, ele (= o devedor escravizado) não será libertado". A generalização destas cláusulas tornou ineficaz a própria promulgação dos editos de remissão, que, de fato, não foram mais promulgados após o final do século XVII. Se o poder real ainda estivesse interessado na eficácia de seus editos de libertação teria encontrado uma maneira de proibir tais cláusulas, ou de anulá-las com disposições contrárias, mas o poder real não estava mais interessado em manter o equilíbrio social nos níveis que eram considerados "justos" no período paleobabilônico. A nova solidariedade entre palácio real e aristocracia militar, o deslocamento do centro de gravidade militar das massas camponesas obrigadas à *corveia* para os especialistas profissionais, a identificação dos principais indivíduos que emprestam dinheiro (e que adquirem mão de obra servil para descontar dívidas) com os próprios membros do círculo palaciano e militar constituem elementos que contribuíram para consolidar uma comunhão de interesses entre o rei e a elite dirigente em detrimento da população rural, que passa a endividar-se e a ser escravizada sem o estabelecimento de qualquer equilíbrio. O ideal do "rei justo e reto" desaparece do imaginário e da propaganda real do Bronze Tardio, sendo substituído por aquele do rei forte e corajoso, que sozinho enfrenta com seu carro as infantarias inimigas aterro-

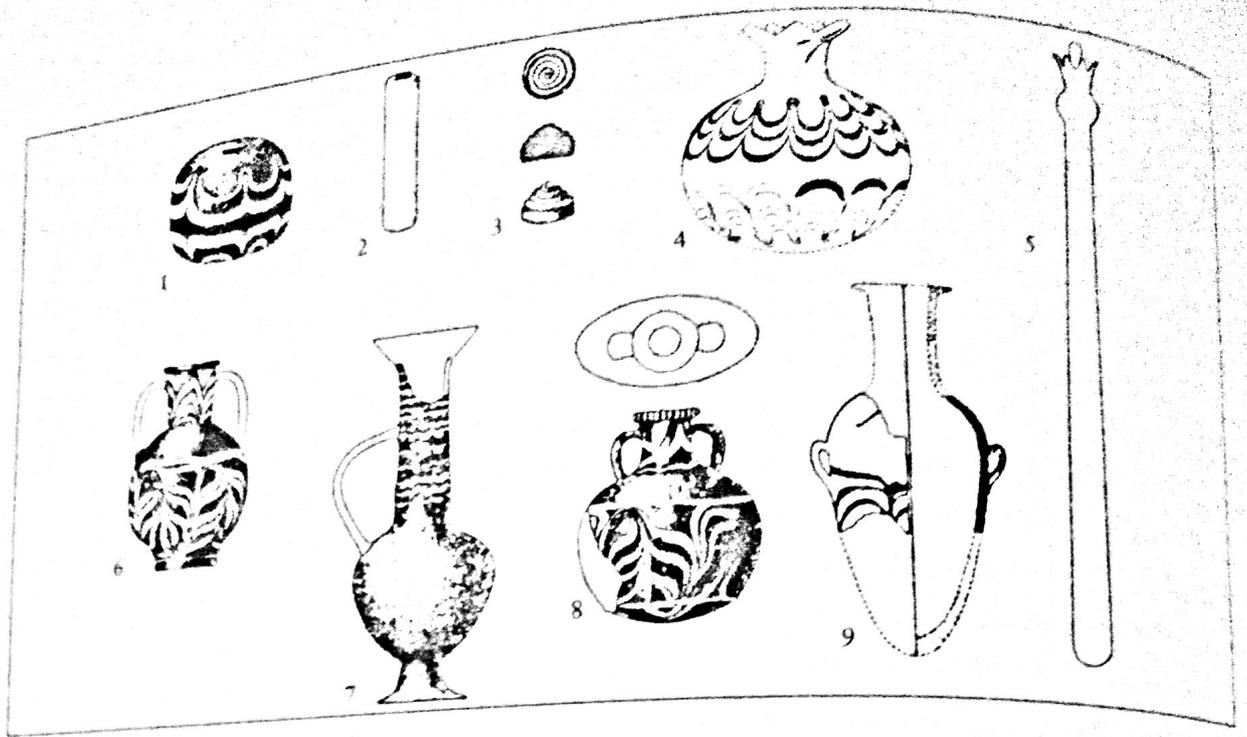


Figura 88. Contas (1-3) e miniaturas de vasos (4-9) em vidro, de Chipre, c. 1500-1200.

rizadas. Também no nível socioeconômico, o Bronze Tardio foi uma época muito mais "dura" que a precedente, com um considerável incremento da escravização por dívidas, que teve como reação um considerável incremento das fugas de devedores escravizados e de escravos, seguida, por sua vez, da intensificação das ações de captura e devolução de fugitivos, em um processo que conduzirá ao fim da sociedade próximo-Oriental do período do Bronze.

Outras inovações tecnológicas tiveram um menor impacto político e socioeconômico, mas não foram menos interessantes para a caracterização da cultura do período. As técnicas básicas das construções e da produção primária, da metalurgia e da cerâmica, desenvolveram-se de acordo com linhas internas pouco inovadoras, enquanto novos procedimentos foram adotados no setor que definiríamos como "química aplicada". Um caso interessante é a produção do vidro colorido. No Bronze Antigo já se produzia uma espécie de "louça vidrada" colorida obtida a partir de uma aplicação realizada na superfície de objetos de cerâmica. Agora, no entanto, são produzidos objetos (inicialmente pequenos vasos, joias) feitos inteiramente com pasta vítrea, produzida a partir de areia, cinzas vegetais e colorantes minerais submetidos a fases de cozimento no forno. A produção da pasta vítrea permitia uma substituição artificial das pedras duras (lâpis-lazúli em primeiro lugar) que eram encontradas com maior dificuldade devido à crise demográfica e comercial do planalto iraniano. No plano arqueológico se constata uma diminuição da presença de pedras duras em toda a área próximo-oriental, em relação à enorme difusão que tinha alcançado em seu auge durante a metade do terceiro milênio. Na documentação escrita começa a surgir uma distinção entre o "lâpis-lazúli de montanha" (ou seja, o verdadeiro, extraído de minas) e o "lâpis-lazúli de forno" ou "cozido" (ou seja, o arti-

## O primeiro vidro

TEXTO DE INSTRUÇÃO PARA A FABRICAÇÃO DO VIDRO (MÉDIO BABILÔNICO, APROX. 1600)

Se você quiser fazer vidro colorido *zagindurû* [lapis-lazúli verde], triture bem fino e separadamente dez minas de *immanakku* [uma pedra] e doze minas de [cinzas] *ahussu* [uma planta], misture e coloque em um forno frio com quatro bocas, colocando no meio das bocas. Mantenha temperatura elevada e sem fumaça. Logo que a mistura tornar-se vermelha, leve-a para fora e deixe esfriar. Depois triture-a novamente, coloque-a em um pote limpo e coloque em um forno frio. Mantenha temperatura elevada e sem fumaça. Quando começar a ficar da cor amarelo-ouro despeje-a sobre um tijolo queimado. [Esta primeira etapa] é chamada *zúkû* [pasta de vidro "pura"].

Coloque dez minas de cobre "lento" em um pote limpo, coloque em um forno aquecido, feche a boca do forno e mantenha temperatura elevada e sem fumaça, até que o cobre fique vermelho. [Enquanto isso] triture bem fino dez minas de vidro-*zúkû*, abra a boca do forno, despeje-o sobre o cobre e feche. Logo que o vidro e o cobre se misturarem, e que o cobre ficar abaixo do vidro, misture algumas vezes com um atizador e coloque-o no fogo dentro de um pote novo. Na ponta do atizador verás algumas gotas. Quando o vidro se tornar da cor de uva madura, deixe-o ferver junto com o cobre, em seguida, despeje-o sobre um tijolo queimado. [Esta segunda etapa] é chamada *tersitu* ["preparação"].

Triture bem fino e separadamente dez minas de "preparo", dez minas de vidro-*bûsu* e um punhado de cinzas de *ahussu*,  $2/3$  de mina de madreperola [?"branco de mar"] e coral, e misture. Coloque em um pote limpo e coloque no forno frio com quatro bocas em cima de um suporte no meio das aberturas. A base do pote não deve tocar o forno. Mantenha temperatura elevada e sem fumaça, que saia da abertura como [...] Logo que a composição derreter, retire do fogo, [então] tire [o vidro] do forno [entretanto já] deixando-o esfriar, e triture bem fino. Coloque em um pote limpo e coloque no forno frio. Mantenha temperatura elevada e sem fumaça, sem fechar a boca do forno até que o vidro fique vermelho. Quando o vidro se tornar vermelho, feche a boca do forno; quando ele ficar amarelo, e você vê algumas gotas, e quando a pasta de vidro ficar homogênea, despeje em um pote novo. O que vai sair do forno após ser resfriado é vidro de cor lapis-lazúli verde.

ficial), e o mesmo vale para as demais pedras caracterizadas por uma cor diversa ou por uma mistura de cores que as pastas vítreas coloridas procuram imitar. As pedras verdadeiras continuam a ter um valor maior, mas as artificiais são mais utilizadas na produção de joias, selos e pequenos vasos como um substituto, porém mais pobre e mais acessível. O desenvolvimento da química dos corantes aplica-se também aos tecidos, com substâncias minerais, vegetais e também animais, como no caso da mais valiosa de todas que é a púrpura, derivada de moluscos marinhos, cuja denominação (*uquû*) também

se relaciona com o lápis-lazúli, com uma variedade que procurava imitar a cor violácea e outra que ressaltava o vermelho escuro. Enfim, houve inovações na fabricação de perfumes e especiarias (usadas mais na prática médica que na culinária) derivados de essências vegetais provindas de longe e que deram impulso a novas correntes de comércio.

O centro de irradiação dessas novas tecnologias não é a Baixa Mesopotâmia (que durante dois milênios esteve na vanguarda em todos os campos), e sim a área que vai da Alta Mesopotâmia à Síria. A criação de cavalos tinha seu centro no território mitânico, a elaboração da pasta vítrea era feita em toda a faixa que vai da Alta Mesopotâmia ao Levante, e a da púrpura na costa libanesa. As novas técnicas difundiram-se a partir destas áreas para todo o Oriente Próximo com uma rapidez impressionante. Trata-se de técnicas refinadas e de custo relativamente alto que interessavam ao palácio, e que eram voltadas para as altas camadas da sociedade. Sua rápida difusão no Bronze Tardio deve-se sobretudo aos contatos entre palácios e aos intercâmbios entre seus especialistas. Há outra modalidade de difusão que desperta grande interesse: as novas técnicas são registradas por escrito em textos que são verdadeiros tratados tecnológicos. As técnicas mais antigas e básicas foram impostas quando o registro por escrito ainda não era viável, e faziam parte da herança comum do conhecimento. As novas técnicas, por sua vez, foram registradas em tratados cuja origem se deve a uma colaboração entre técnicos e escribas – escribas que, anteriormente, tinham produzido textos “científicos” apenas nas áreas da matemática e da medicina, de competência dos administradores ou das categorias cultas dos médicos e dos exorcistas. Surgiram, então, tratados sobre o adestramento de cavalos: o mais célebre é o que foi encontrado na capital hitita (e escrito em hitita), mas atribuído a certo Kikkuli de Mitani, e que emprega aquelas palavras e frases indo-iranianas que já mencionamos. Outros textos sobre adestramento de cavalos provêm dos arquivos médio-assírios de Assur; alguns textos hipiátricos provêm de Ugarit e os que tratam da fabricação do vidro da região médio-babilônica (remontando ao reino de Gulkishar do País do Mar). Eles contêm indicações de caráter mágico, mas também de caráter técnico: seguindo suas informações, é possível elaborar uma pasta vítrea. Enfim, existem ainda, nos arquivos médio-assírios, textos sobre a fabricação de perfumes e especiarias. Nas novas regiões (Síria, Anatólia, Jezira), que se situam na vanguarda do desenvolvimento técnico e no centro de novos circuitos comerciais, as novas necessidades das cortes palacianas (ou as novas soluções para as antigas), produzem um cenário cultural (mais técnico e prático que científico e literário) evidenciado em tais tratados.

### 3. O SISTEMA REGIONAL

A passagem do Bronze Médio ao Tardio caracteriza-se, como fenômeno de longa duração, por uma redução da região urbanizada e de assentamentos que sucede aquela já identificada no início do segundo milênio, e que afetou a região do Médio

Eufrates, a Alta Mesopotâmia, o planalto interno da Síria e a Transjordânia. As regiões semiáridas foram abandonadas, elas que tinham assistido ao florescimento das grandes cidades do Bronze Antigo e do Bronze Médio, e que agora voltam a ter uma exploração menos expressiva, baseada, sobretudo, no pastoreio seminômade. A mesma decadência é verificada em Mari, Tuttul e Terqa no Médio Eufrates, Shubat-Enlil e outros centros do Khabur, e em Ebla e Qatna no interior da Síria. As regiões com chuvas suficientes ou ao longo de rios e da costa, por sua vez, mantiveram a continuidade dos assentamentos.

O total da população do Oriente Próximo diminui, porém com uma intensidade que varia de região para região. No centro e no norte da Mesopotâmia, onde também se assiste a um fenômeno de concentração devido à decadência dos centros do Médio Eufrates e à crise da região em contato com o Golfo Pérsico, o total da população diminui entre o período paleobabilônico e o cassita, ainda que no centro da área irrigada e urbanizada o tecido agrícola ainda parece manter-se. O mesmo vale (em menores proporções) para a Susiana médio-elâmica, e talvez para outras regiões do Irã meridional, que se encontram rodeadas por um vazio demográfico e político que afetou a área semiárida central. Na Alta Mesopotâmia, algumas áreas não foram atingidas pelo despovoamento (principalmente o triângulo da Assíria), havendo concentração e crescimento da população. O mesmo vale para o Levante: ali, o despovoamento dos planaltos semiáridos contrasta com a concentração das cidades nos vales e na costa, e essas regiões que mantiveram o processo de urbanização conheceram um desenvolvimento que alcança seu auge durante todo o período pré-clássico. Na Anatólia, aumentou a concentração das cidades em algumas poucas "ilhas" dos vales, rodeadas por montanhas depopuladas. Porém, algumas dessas "ilhas" entram em decadência ao longo dos primeiros séculos do segundo milênio.

As regiões que rodeiam o Oriente Próximo também presenciaram várias tendências: crescimento demográfico e urbano no Egeu e no Egito, diminuição na Ásia central e na planície do Indo, ondas de repercussões dos movimentos de povos iniciados alguns séculos antes na região ocidental. Em geral, criou-se uma situação em que tanto os Estados sedentários como os grupos de pastores reforçam seus respectivos âmbitos de coesão política, em um processo de diferenciação e contraposição que prescinde dos elementos de ligação e de mútua compensação que haviam caracterizado o Bronze Médio. O recíproco estranhamento e hostilidade entre o palácio e as tribos atinge seu auge no Bronze Tardio.

Outra consequência, mais setorial, mas importante, é que a região da Babilônia ficou mais isolada dos contatos de longa distância na direção do ocidente sírio e anatólico e na direção do oriente iraniano e do golfo. Além disso, seu peso demográfico, produtivo, econômico e militar diminui em comparação com as outras unidades regionais. Desaparece a centralidade babilônica, que tinha sido uma realidade da primeira urbanização do período de Uruk até Hamurábi. O centro dos acontecimentos políticos e das trocas comerciais desloca-se para o oeste, ao longo de um eixo formado pela Alta

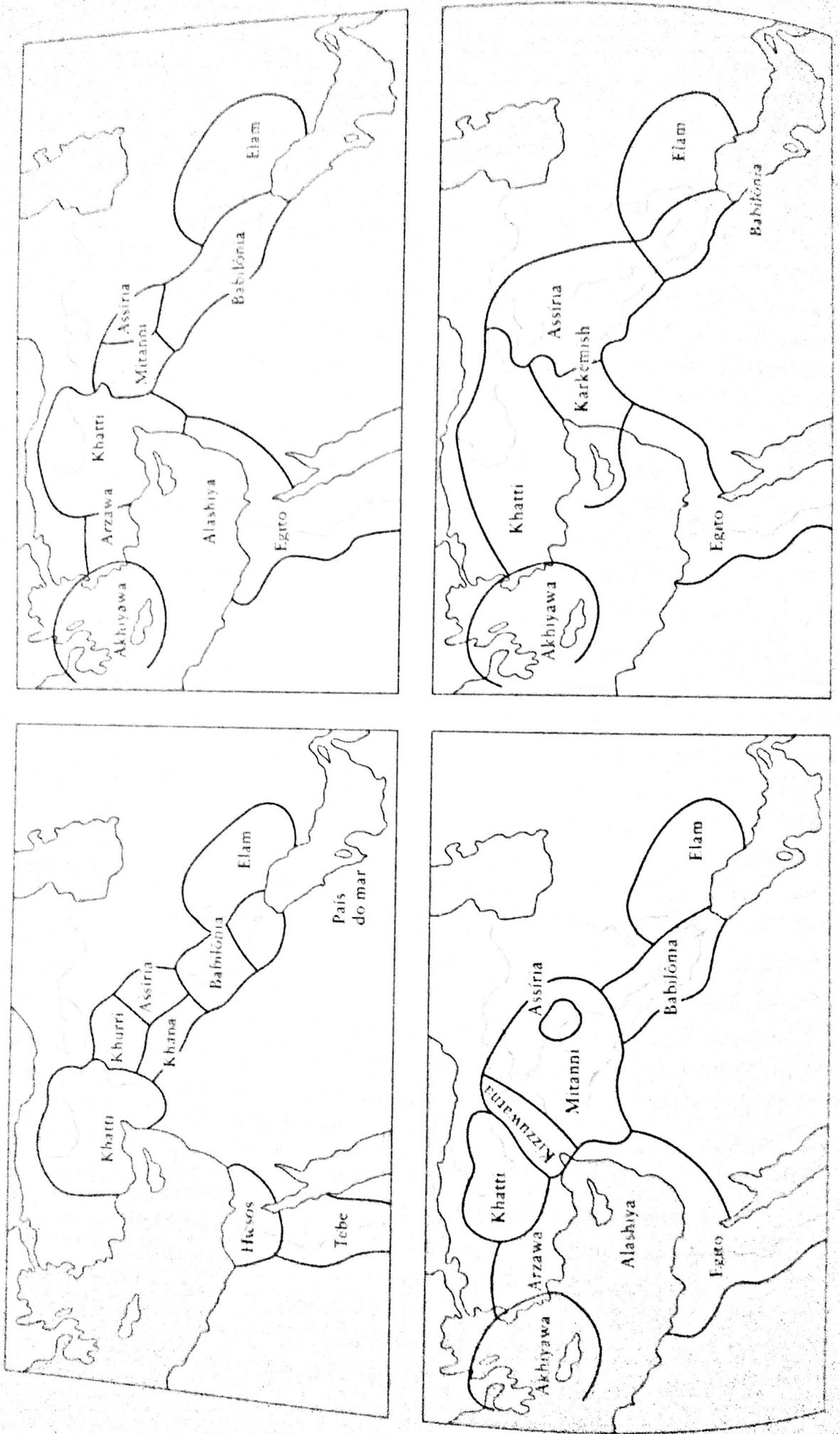


Figura 86. As Reconstruções do "Sistema egípcio" do Oriente Próximo no Bronze Tardio. Do alto para baixo e da esquerda para a direita: o período de formas do c. 1600; a fase Mitanni; a fase de formas do c. 1550; a fase de formas do c. 1500; o estágio final, c. 1200.

Mesopotâmia e pelo Levante, submetido às pressões político-militares da Anatólia hitita e do Egito do Novo Reino, e imerso nas correntes comerciais micênicas e cipriotas, desbancando a Assíria, a Babilônia e o Elam.

A centralidade mesopotâmica é sucedida por um sistema de equilíbrio regional que caracteriza todo o Bronze Tardio, um mosaico composto por um número limitado de potências de dimensões médias e grandes, que controlavam as pequenas potências presentes em sua região, em uma típica estrutura de dois níveis. As potências regionais gozam de uma considerável estabilidade (de 1600 a 1200) e são, de este a oeste: o Elam, que controla parte do planalto iraniano (para além do qual as terras que dão para o Golfo Pérsico e o vale do Indo perdem a intensidade de contatos com o Oriente Próximo que tinha sido importante até o primeiro quartel do segundo milênio); a Babilônia cassita (com o apêndice ambíguo do País do Mar); a Alta Mesopotâmia, protagonizada primeiramente pelo reino de Mitanni e depois pelo reino médio-assírio (com uma mudança de mãos por volta de 1350); e a Anatólia ou reino hitita, com suas dependências na Anatólia ocidental e na Síria setentrional. Surgem, enfim, no cenário próximo-oriental, a potência regional dos micênios (com uma presença modesta, e sobretudo comercial), Chipre (limitada como ilha, mas que tem um forte monopólio do cobre), e sobretudo o Egito do Novo Reinado (em formas de grande controle sobre as dependências sírio-palestinas).

Existem precedentes deste sistema regional no período amorreu, quando já tinham sido identificadas algumas potências de primeira ordem que controlavam os Estados menores, mas com duas diferenças: o sistema tornou-se mais preciso na formalização das relações e mais estável em relação às hegemonias efêmeras do Bronze Médio. Além disso, ampliou-se envolvendo regiões (Anatólia ocidental, Egito, Egeu) antes marginais.

No que diz respeito à formalização das relações, elas são de dois tipos: relações “horizontais” entre Estados de igual importância e relações “verticais” de subordinação. Os reis das potências regionais recebiam o título de “grande rei” (*sharru rabû*), que tecnicamente designa reis independentes, dos quais dependiam outros reis que recebiam o título de “pequeno rei” (*sharru ihru*), e que designa reis autônomos, mas não independentes, “servos” dos grandes reis seus “senhores”. O nível dos pequenos reis é mais bem identificado no Levante, na Alta Mesopotâmia, na Anatólia, enquanto em regiões com uma centralização mais antiga e mais estável o nível local é ocupado por unidades administrativas sem autonomia política.

Entre reis de igual importância, e principalmente entre os grandes reis, as relações políticas são marcadas, em princípio, pela paridade: todos se reconhecem como iguais, sem se levar em consideração as diferenças demográficas, político-militares e econômicas (que varia de caso a caso e de período a período), e formalizam esta paridade com os termos da “irmandade” (*abbûtu*), da “amizade” (*ra'amûtu*) e da “bondade” (*âbûtu*), de acordo com uma ideologia de cunho familiar, muito ligada à prática do parentesco, em uma densa rede de casamentos interdinásticos. A reciprocidade e a paridade marcam

as relações comerciais e diplomáticas, conduzidas em nível palaciano de acordo com os códigos de troca de presentes e da hospitalidade: o que é válido em uma direção deve sê-lo também na direção oposta; entre "irmãos" deve-se satisfazer mais os desejos recíprocos que interesses particulares. As relações da época são marcadas por fórmulas paritárias e especulares, sejam elas expressas nas cartas com as fórmulas de saudação e de augúrio redigidas de acordo com claras regras de etiqueta, que só são infringidas para expressar um gesto de grosseria ou para fazer pressão; sejam expressas pelos tratados formalizados de acordo com uma obstinada e exasperada simetria das cláusulas; sejam, enfim, expressas através da soma do valor dos presentes oferecidos e recebidos, onde o ideal de desinteresse e generosidade (expresso na fórmula da reciprocidade aumentada) é contrastado, às vezes de maneira brutal, pela exigência de um equilíbrio econômico que poderá ser rude e grosseiro, mas de que não abre mão para evitar prejuízos próprios.

As relações de tipo vertical também são marcadas por ideologias precisas, e são estabelecidas de acordo com formas bem definidas, sempre baseadas mais na desigualdade que na reciprocidade, como convém entre interlocutores que se consideram "senhor" e "senhor" e não "irmãos". O vínculo de submissão que liga o pequeno rei a seu senhor é uma relação de "fidelidade" (*kittu*: é significativo o fato de o termo indicar a "justiça" no período paleobabilônico). O pequeno rei está totalmente à disposição do grande rei, serve-o com todas suas forças, com todo seu coração, sem reservas mentais e sem ambiguidade. Sua pessoa, seus bens, as informações de que dispõe, tudo deve ser colocado à disposição do senhor. Não há possibilidade de o pequeno rei escapar de suas obrigações, porque não há possibilidade de ele deixar a posição que ocupa e recuperar uma liberdade de ação. Sua posição no segundo nível é fortemente determinada pelas relações de força, e a única alternativa que se lhe oferece é trair seu senhor e passar a ser escravo do senhor da região limítrofe. Pagar tributo a um senhor não chega a ser um problema, mas uma obrigação pelo lugar que se ocupa.

Em troca da lealdade e do tributo do pequeno rei, o grande rei lhe deve algo, dado o cunho paritário das relações políticas que caracterizam o Bronze Tardio. Este algo é a "proteção" (verbo *nasânu*), ou seja, a tutela de sua posição real frente a ataques que podem provir de dentro do próprio reino ou de fora. Enquanto permanecer leal, o pequeno rei pode exigir do grande rei a garantia de continuar a reinar, e de transmitir seu trono a um herdeiro de sua escolha. Outro modo mais dramático de expressar essa relação é a "vida" (*balânu*): o grande rei "garante a vida" ao pequeno rei que lhe presta lealdade, seja em sentido político porque o mantém no trono, seja em sentido físico. Uma rebelião, uma falta de lealdade, bem como uma tentativa de passar ao serviço de outro senhor, são punidas com a morte política (remoção do trono) ou com a morte física.

A rede de relações cruzadas de fidelidade e proteção assegura uma estabilidade singular em cada região, da mesma forma que a rede das irmandades assegura uma notável estabilidade ao sistema regional em geral. Essa estabilidade de fundo, em grandes linhas, é também resultado da anulação — em uma espécie de jogo "de soma zero" — de uma infinidade de casos de infração ao sistema, que no interior de cada unidade regio-

### Tratado entre Idrimi de Alalakh e Piliya de Kizzuwatna (c. 1500)

É um típico exemplo da época, tanto pela forma (reciprocidade expressa com repetições especulares) como pelo tema (captura e devolução de fugitivos).

Tabua do tratado, quando Piliya e Idrimi juraram os juramentos divinos e selaram entre si este tratado. Eles devolveram seus respectivos fugitivos. Idrimi capturará os fugitivos de Piliya e (os) devolverá para Piliya; Piliya capturará os fugitivos de Idrimi e (os) devolverá a Idrimi. Quem capturar um fugitivo, o devolverá ao seu dono: se é um homem, (o senhor) pagará quinhentos siclos de cobre de resgate, se é uma mulher pagará mil siclos de cobre como resgate. Se um fugitivo de Piliya entra no território de Idrimi e ninguém o captura, mas é capturado por seu dono, ele não pagará resgate a ninguém, e se um fugitivo de Idrimi entrar no território de Piliya e ninguém capturá-lo, mas for capturado por seu amo, ele não pagará resgate a ninguém. Em qualquer aldeia que se esconder um fugitivo, o chefe da aldeia e 5 notáveis jurarão os juramentos divinos. O dia em que Barattarna tiver jurado os juramentos divinos com Idrimi, a partir daquele dia entra em vigor a devolução dos fugitivos. Quem violar as disposições desta tábuca, Teshub, Shimegi, Ishkhara (e) todos os deuses o destruam!

nal se expressam por traições e remoções do trono, e que no âmbito inter-regional passam por uma série de guerras, às vezes importantes, mas que nunca alteram as linhas mestras do sistema. Nunca ficaram tão evidentes, como neste período, os tênues limites entre a irmandade e a hostilidade aberta.

O estado de paz, o desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais normais são marcados por uma alta taxa de conflitos: negociações matrimoniais e cálculos comerciais parecem estar sempre a ponto de se romperem, mais a partir da defesa de certos valores que pelo estímulo de uma questão específica. Ninguém quer ser demasiadamente condescendente, muito submisso, pois isto não condiz com o grande rei. As tratativas prolongam-se o máximo possível, e os mensageiros e embaixadores sofrem as consequências, por serem detidos como sinal de endurecimento. As trocas de cartas, de presentes e de mulheres são muito mais úteis para a manutenção das relações políticas quando estão em curso do que quando são concluídas: por isso as negociações duram o maior tempo possível e logo após sua conclusão são retomadas.

Além disso, as guerras também não deixam de seguir regras, ainda que possam ser substituídas por outras. A guerra é um ato heroico, mas ao mesmo tempo ordálico, e que permite verificar quem tinha ou não razão; é a continuidade (mas em um sentido diverso do proposto por Clausewitz) da diplomacia por outros meios. O heroísmo e a ordália exigem que tudo esteja de acordo com regras paritárias, claras, sem recorrer a subterfúgios e emboscadas, que caracterizam os bárbaros. São os nômades do deserto

ou das montanhas que atacam de improviso, à noite, pelas costas, ou quando o inimigo não está preparado. Entre reis civilizados, a guerra é declarada, apresentando-se suas causas éticas e jurídicas que qualificam o desafiante como justo e o adversário como traidor. Ela é conduzida com o emprego regular de forças no lugar e no dia combinados, com uma definição clara de quem deve atacar e de quem deve defender-se. Se a vitória na batalha é daquele que tinha razão, os vencidos (pelo menos os que pertencem à aristocracia militar), podem recuperar a liberdade utilizando o sistema de resgate. Podem ser estimados se tiverem combatido correta e corajosamente, e desprezados por covardia ou por desrespeito às regras. Todos pertencem a uma mesma civilização, a um mesmo nível social: os inimigos não são bárbaros ou invasores, mas guerreiros como nós, potencialmente capazes de vencer (cada um apoiado por seus deuses). O desprezo pelos inferiores diz respeito aos nômades e montanhesees, que não pertencem à civilização por não reconhecerem as hierarquias políticas e as regras, e por pretenderem compensar sua inferioridade recorrendo a artimanhas e incorreções.

#### 4. A INTERNACIONALIZAÇÃO: COMÉRCIO E CULTURA PALACIANA

O crescente destaque entre o ambiente palaciano e a população nos vários reinos do Bronze Tardio contrasta com a crescente intensificação das relações entre os vários palácios reais, ligados por uma rede de contatos pessoais, comerciais e culturais que produz um clima internacional muito mais acentuado que nos períodos precedentes. Surge um sentimento de "casta", uma consciência de pertença a um nível social superior, que perpassa as diversas tradições culturais, os vários nacionalismos e etnocentrismos, com uma atração comum pelos melhores produtos da cultura palaciana. O apreço por belos cavalos, carros da guerra, armas, vestimentas, joias e perfumes favorece o intercâmbio dos produtos de cada artesanato local e a procura de melhores produtos em suas próprias fontes. Com referência ao artesanato de qualidade, muitas vezes é difícil descobrir a origem dos objetos encontrados nos vários palácios. Carros de guerra encontrados nos túmulos faraônicos podem ser atribuídos a Mitanni ou ao norte da Síria, mais devido ao tipo de madeira utilizado do que aos elementos técnicos e formais; joias e pasta vítrea são tão comuns em toda a área que fica difícil identificar os centros de sua produção.

Essa rede de comunicações e de trocas estende-se ao Egito e ao mundo micênico, enquanto suas ramificações orientais têm uma importância menor. Seu caráter elitista a diferencia das redes comerciais do Bronze Antigo e Médio: o sistema concentra-se mais nas cortes reais (e menos nas empresas de mercadores). As várias redes que competem entre si são substituídas por uma rede global cujo objetivo não é enfraquecer os rivais, mas levar todos a cooperarem com o crescimento do prestígio dos protagonistas (as cortes reais) junto à população. As redes comercial e diplomática sobrepõem-se, sendo que o canal diplomático se ocupa com a parte emergente e prestigiosa do comércio - sem

eliminar as trocas de cunho utilitário que continuam tendo uma importância quantitativa, mas que são praticamente ocultadas pela propaganda oficial. Em geral, a rede pode ser dividida em três subsistemas: intercâmbio de mensagens, de pessoas e de bens.

O intercâmbio de mensagens atua em função dos outros dois subsistemas: grande parte das cartas trocadas entre reis tem por tema negociações matrimoniais, solicitação de especialistas e envio de presentes e troca de presentes. No entanto, as mensagens possuem um valor intrínseco, como demonstram cartas que só contêm saudações, e como demonstra a importância atribuída a seus aspectos formais. Nas diferentes tradições (babilônica, egípcia, hitita, síria), o endereçamento das cartas utiliza fórmulas de uso internacional. Segundo o princípio egípcio de caráter funcional, o endereço é uma simples indicação de remetente e destinatário; segundo o princípio asiático de importância, o nome do personagem mais importante precede o do menos importante; há o princípio, também asiático, que valoriza a cortesia epistolar, segundo o qual o nome do destinatário precede o do remetente. São três princípios cujas diferentes características dependem rigidamente da etiqueta. Há casos em que se notam também conotações políticas relevantes envolvidas. O mesmo vale para as saudações: entre grandes reis adota-se uma troca de augúrios e de informações sobre a saúde das partes, envolvendo o rei, a família real, os personagens importantes do reino, e até carros e cavalos, estendendo-se, por fim, a todo o reino. Os pequenos reis endereçam aos faraós uma *salutatio* autodepreciativa, que não faz parte do protocolo egípcio, e os egípcios a interpretam como tipicamente asiática. Porém, na Ásia, ela não é utilizada pelos pequenos reis ao se dirigirem a seus senhores hititas ou mitânicos, assim, trata-se de uma fórmula especial para dirigir-se àquela entidade quase divina que era o soberano do Egito.

O meio de comunicação é a língua babilônica, com o suporte gráfico da escrita cuneiforme, como já acontecia no período de Mari. O uso da língua babilônica chega até o Chipre e o Egito, e é usado como "terceira" língua entre interlocutores não babilônicos: por exemplo, os pequenos reis cananeus escrevem em babilônico ao faraó, e vice-versa; e fazem o mesmo como o rei hitita, e vice-versa. Ainda se adotam vocabulários bilingües e plurilingües, mas com uma diferença em relação às experiências consolidadas, ou seja, no passado tais vocabulários eram limitados a âmbitos bilíngües (sumério e acádio no terceiro milênio, hurrita e hitita na Anatólia), mas agora são adotados também em âmbitos rigidamente monolíngües, com o único objetivo de controlar a língua diplomática (vocabulários egípcio-acádios de el-Amarna). Além dos vocabulários, instrumentos da escola, existem os intérpretes, instrumento de comunicação direta. Essa categoria é atestada desde o terceiro milênio, mas nunca esteve tão atarefada como agora.

O babilônico internacional (ou periférico) não é muito homogêneo. Nas cortes mais preparadas e habituadas há mais tempo com sua utilização, seu emprego é geralmente correto, ainda que seja mesclado com peculiaridades locais, através das quais emergem o hurrita ou o hitita ou o semítico ocidental falado pelos escribas. Em regiões mais marginais e que entraram mais recentemente no circuito internacional, como a Palestina ou o Egito, a língua local tem um peso maior, manifestado nas frequentes glo-

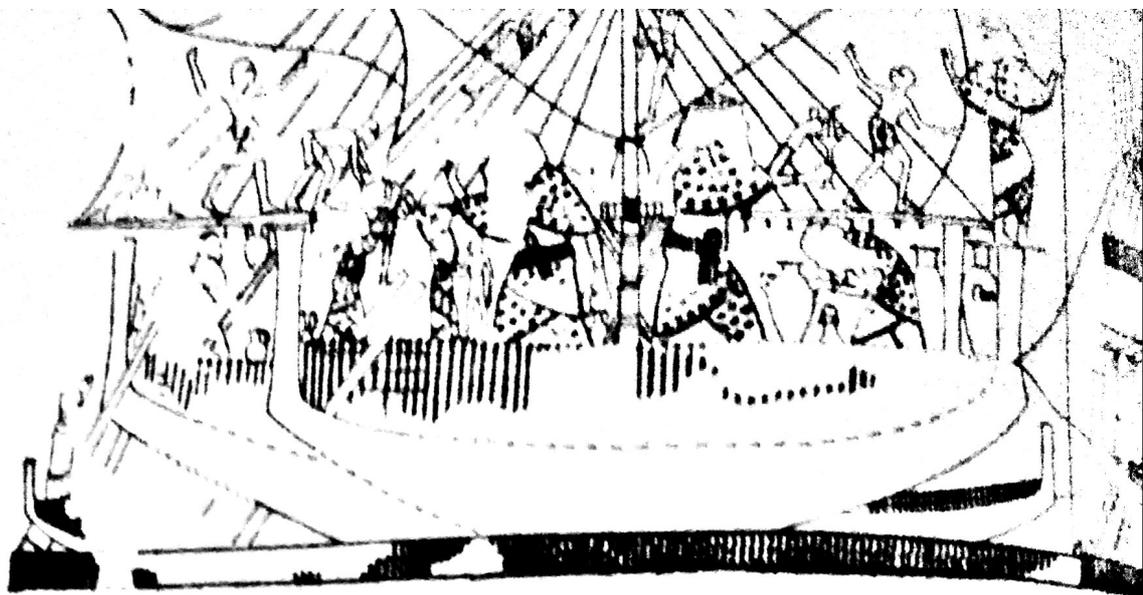


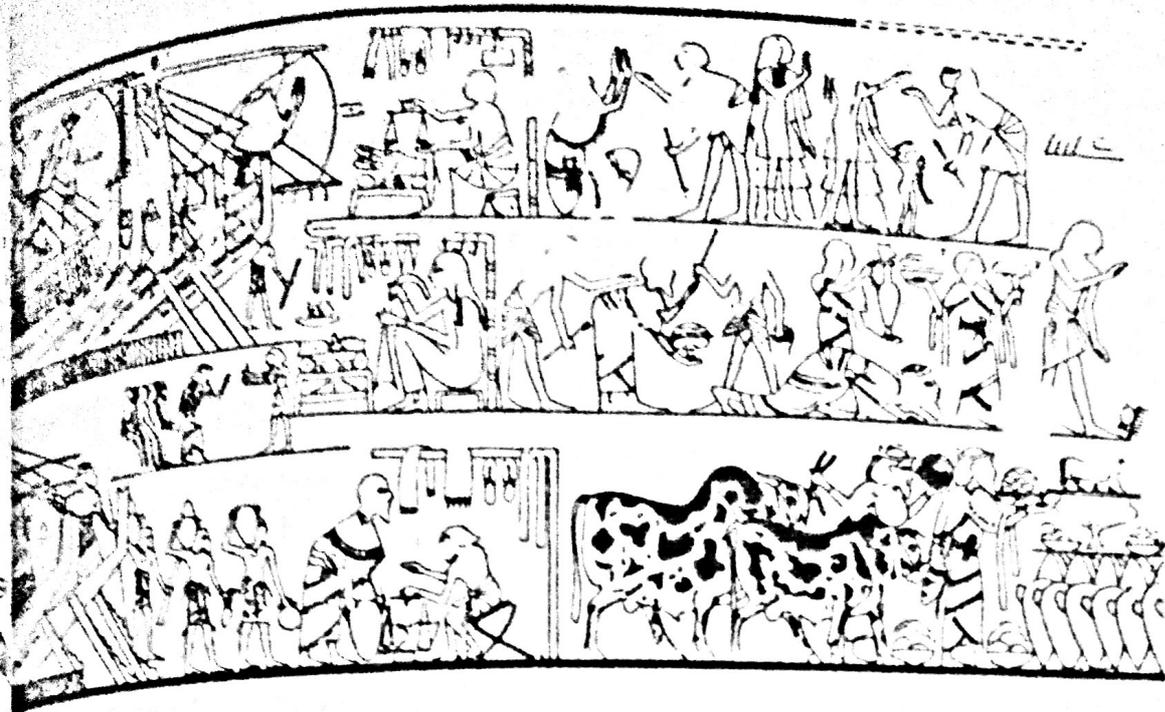
Figura 87. O comércio marítimo no período do Bronze Tardio: barcos sírios descarregam suas mercadorias em um porto egípcio (Tebas; tumba n. 162).

sas, no uso incorreto do sistema verbal, em clichês literários que pouco sentido têm em babilônico, e assim por diante. Enfim, como acontece nesses casos, a “terceira” língua usada por interlocutores que pensam em suas línguas causa sérios equívocos, às vezes importantes, sobre a conotação (e também sobre a denotação) de certos termos ou expressões, sobretudo dos mais técnicos e importantes da linguagem política.

Os portadores das cartas são os mensageiros. Seria mais apropriado chamá-los de embaixadores: eles não apenas entregam as tabuletas, mas também precisam ter a habilidade e a perspicácia de acrescentar as explicações necessárias, neutralizar e rebater as reações dos destinatários e, por fim, atuar como elemento de compensação em uma relação à distância, geralmente difícil e muito suscetível a rupturas. Eles são protegidos ao longo do percurso por cartas de salvo-conduto, e depois que chegam à destinação, pelas normas da hospitalidade, são acolhidos à mesa do rei e gozam de grande consideração. No entanto, diante do menor problema, são os primeiros a sofrer suas consequências, porque podiam ser retidos (às vezes, durante anos) quando se queria pressionar o interlocutor. Portanto, o ofício do mensageiro era motivo de orgulho, mas também de preocupações, até a chegada da isenção (por meio de um documento real).

Com os mensageiros e com sua detenção na “prisão dourada” da corte estrangeira, passamos ao intercâmbio de pessoas. Isto encontra sua expressão mais concreta nos casamentos interdinásticos. A prática deveria ser mútua, e como tal é proclamada durante as tratativas.

O circuito matrimonial, porém, está longe de ser completo e recíproco. Um dos envolvidos, o faraó egípcio, proclama explicitamente que deseja princesas asiáticas, mas que as princesas egípcias não deveriam se casar com ninguém – colocando-se, assim, em um plano superior em relação a seus interlocutores. No entanto, também entre os



reis asiáticos, de acordo com os casos documentados, há pouca reciprocidade: aliás, parece que há um circuito unidirecional, em que um rei que dá esposas a outro, as recebe depois de um terceiro. Os casos de parentesco cruzado são totalmente excepcionais.

As negociações partem de um clima de entusiasmo, com declarações de júbilo de e disponibilidade, para imergir em seguida em controvérsias e atrasos. Certas tensões podem garantir a manutenção das relações, mas as negociações matrimoniais são atravancadas por três dificuldades específicas. A primeira é o cálculo do dote, dos presentes nupciais mútuos, que confere ao casamento interdinástico o desagradável aspecto de uma operação comercial. A segunda é a posição social, dado que há uma diferença substancial entre a princesa tornar-se a rainha ou apenas um elemento a mais de um harém já bastante numeroso. A terceira dificuldade está no destino das princesas que já se casaram em cortes estrangeiras, que tendem a deixar poucos vestígios, chegando-se à conclusão de que os significados de prestígio e de interesse político que pareciam tão óbvios durante a negociação acabam desaparecendo após a consumação do casamento. Existem traços comuns em todas as negociações, como o papel dos personagens: o pretendente agressivo e insistente, o pai da esposa condescendente, mas meticoloso, a esposa passiva e comparável a um belo objeto, mas cada corte tem um tipo de estratégia matrimonial. A estratégia egípcia consiste em adquirir esposas asiáticas para demonstrar a centralidade e a superioridade egípcia frente ao resto do mundo; a estratégia babilônica consiste em enviar princesas ao Egito em troca de ouro; a estratégia hitita consiste em criar uma rede de relações familiares com objetivos eminentemente políticos, como uma premissa para intervenções, garantia de fidelidade e início de assimilação. O intercâmbio matrimonial é, por natureza, um poderoso canal de aculturação - talvez mais do que desejassem ou previssem os que o praticavam. O peso de uma espo-

## Negociações matrimoniais do Bronze Tardio: de uma carta de Kadashman-Enlil, rei da Babilônia ao faraó Amenófis III

Eis, dado que você, meu irmão, não destes o teu consentimento para que tomasse tua filha como esposa e me escrevestes dizendo: "Desde há muito tempo uma filha do rei do Egito não tem sido dada a ninguém!" [eu digo] Por que falas assim? Tu és um rei, podes fazer o que quiser. Se deres, ninguém dirá alguma coisa? Quando me comunicaram esta frase, escrevi ao meu irmão o seguinte: (com você) há filhas com certa idade e mulheres bonitas. Envia-me uma bela mulher, como se fosse tua filha. Quem me dirá: Esta não é a filha do rei? Mas você não me enviou nenhuma. Não desejavas fraternidade e amizade? Como me escreveste para (selar) um casamento, para estarmos mais estreitamente ligados um ao outro, assim eu mesmo te escrevi por este motivo, por fraternidade e amizade, para estar mais intimamente ligados um ao outro por meio de um casamento. Irmão meu, por que não me enviaste uma mulher? Será que por você não ter me enviado uma mulher, vou negar-te uma mulher, comportando-me como você? Não! Tenho minhas filhas e não as negarei a ti. [...] Quanto ao ouro pelo qual te escrevi, manda-me ouro, tudo que tiveres, em quantidade, antes de mandar teu mensageiro a mim, agora, imediatamente, neste verão, no mês de Tammuz ou no mês de Ab, de modo que eu possa terminar o trabalho que comecei. Se tu durante este verão, no mês de Tamuz ou no mês de Ab, me mandares o ouro pelo qual te escrevi, te darei minha filha, mas por favor envie o ouro para aqui, como achares melhor. Se você não enviar o ouro no mês de Tamuz ou no mês de Ab, não poderei terminar o trabalho que comecei. E te peço: depois que tiver concluído o trabalho que eu comecei, porque deverias enviar-me (o ouro)? para que eu desejaria ouro? Mesmo que me mandasses três mil talentos (= aprox. noventa toneladas!) de ouro, não os aceitarei, eu mandarei de volta e não te darei minha filha como esposa.

sa de segunda categoria, que simplesmente acaba em um harém numeroso como demonstração do poder do rei, é bem diverso do peso de uma rainha que será a mãe do futuro rei. Os laços que unem a rainha e o herdeiro ao trono constituem uma questão delicada, e que desperta muita atenção devido a seu impacto político, mas em geral a influência das mulheres estrangeiras sobre a educação dos filhos, sobre o clima cultural da corte, sobre a introdução de divindades estrangeiras e sobre as próprias decisões do rei ainda é muito forte.

Além das princesas e dos mensageiros, circulam também alguns especialistas, especialmente solicitados por um determinado rei, concedidos com um misto de orgulho e de preocupação, e que constituem um poderoso veículo para a difusão das técnicas entre as cortes. São solicitados especialistas dos países mais famosos em vários campos (daí o orgulho nacionalista de quem os cede). Procura-se mantê-los por mais tempo possível, com o risco de não serem mais devolvidos (daí a preocupação). Médicos e exorcis-

tas são solicitados da Ásia ao Egito, mas circulam também em várias direções músicos, escultores e artesãos com diversas especializações. O circuito "distributivo" que vimos surgir a partir dos textos de Mari, com resultado de uma escassa disponibilidade e do frequente deslocamento dos especialistas no âmbito de uma mesma administração, é substituído por um circuito "de reciprocidade", que deriva do desejo de dispor de especialistas estrangeiros portadores de novas e valiosas técnicas, inacessíveis para a maioria.

Um caso extremo de especialista ambulante é a solicitação de uma divindade da cura, representada por sua imagem, e que sempre inclui um compromisso de devolução. Até o Egito, que exporta médicos em carne e osso, pede uma imagem de Ishtar, uma deusa da cura de Nínive. A "deportação" do deus Marduk pelos hititas, assírios e finalmente pelos elamitas, foi explicada, piedosamente, por seu clero como uma decisão do próprio deus de visitar países estrangeiros para estender-lhes o raio de sua benéfica ação, seguindo o modelo de outras viagens de divindades da cura.

Passa-se, assim, ao terceiro subsistema, o do intercâmbio de presentes, um "código" dos intercâmbios comerciais do Bronze Tardio. Tais intercâmbios entre reis também abrem caminho para os comerciais, porque eles também têm características comerciais. As correntes merceológicas são óbvias: do Egito chega, sobretudo, ouro, ébano e marfim trabalhado, e outros produtos tipicamente africanos, da Babilônia (ou melhor, através dela), o lápis-lazúli; de Hatti, a prata; de Mitanni e da Síria, carros e cavalos, armas e vidro; da costa síria, a lã tingida com púrpura. Porém, o "código" também tem seu valor: as cuidadosas contas do dar e do receber são dissimuladas em declarações de desinteresse, de generosidade, de satisfação mais em dar que receber, e de completa disponibilidade aos desejos do interlocutor. Os presentes devem ser personalizados para o destinatário, e entregues em ocasiões particulares. Só pode ser exigido para atender necessidades especiais. Trata-se de pretextos, repetidos por muitos anos, herdados por sucessivos reis durante processos extenuantes de negociações, mas a forma deve ser salvaguardada, e não se poderia pedir nada sem um pretexto, apenas para satisfazer um desejo de enriquecimento.

Se nas relações paritárias o presente encobre (ou sublima) o comércio, nas relações de subordinação ele encobre (ou sublima) o próprio tributo. Terminologia e lógica textual procuram passar os tributos como presentes, com a única diferença de que se trata de presentes cuja quantia é estabelecida contratualmente, e que a compensação não é de caráter material, mas se inclui naqueles conceitos de proteção e de vida que o grande rei garante a seus súditos.

A mesma distinção entre relações paritárias e desiguais e, portanto, entre tributo e comércio, pode não ser clara e inequívoca. Entre o Egito e seus interlocutores asiáticos há uma situação ambígua. Nas relações internacionais, o faraó aceita não só o código do presente, mas também as implicações da reciprocidade e da equivalência de valor. Porém, mas quando ele anuncia a seu público interno a chegada de produtos exóticos de países estrangeiros, utiliza abertamente o código do tributo: não se refere às indenizações e à reciprocidade, fazendo crer que o afluxo de bens seja uma prova da supe-

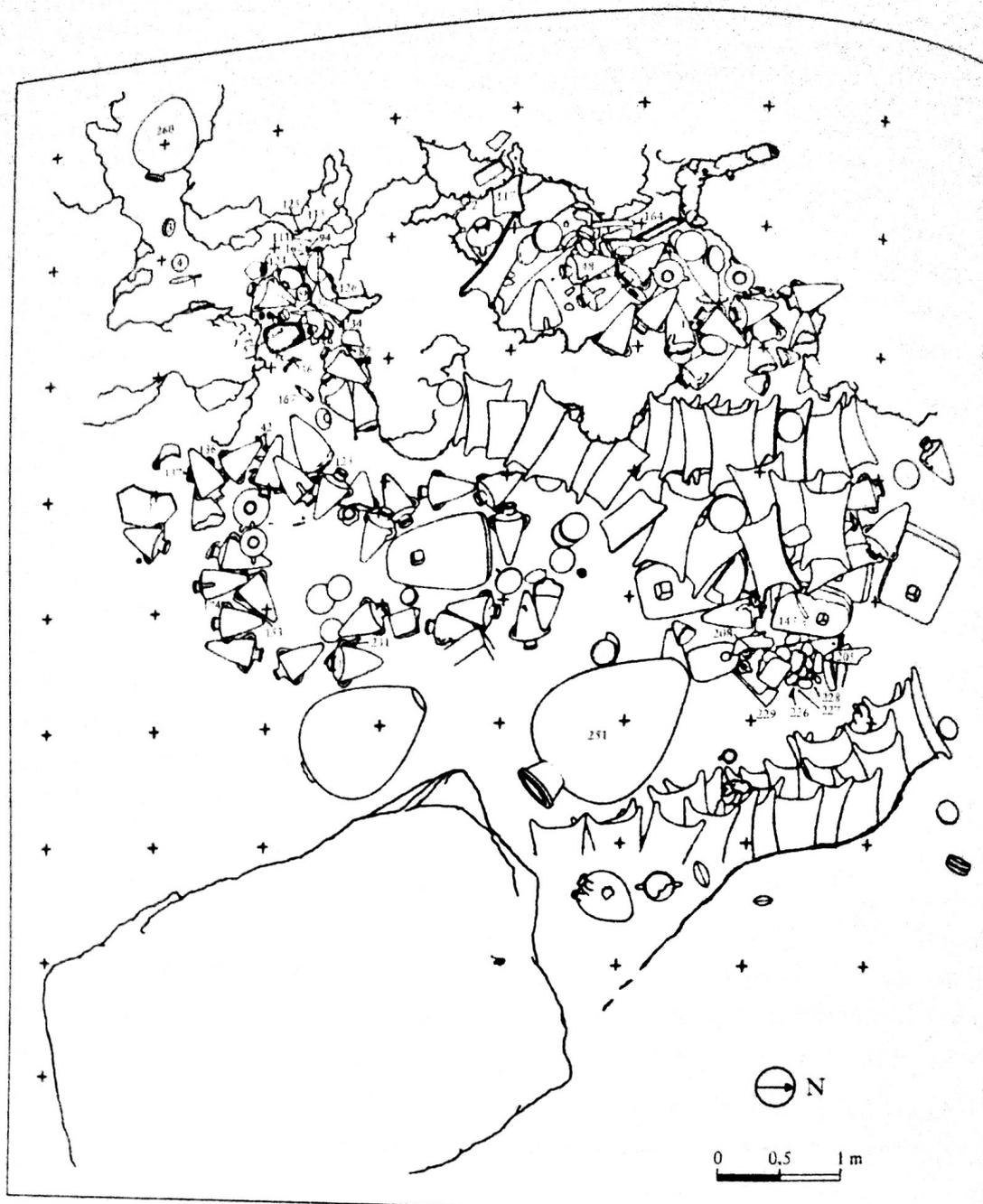


Figura 88. Comércio de metais no Bronze Tardio. Lingotes de cobre e estanho, ânforas e outros materiais, nos restos de um naufrágio em Ulu Burun perto de Kas (Turquia), no século XIV.

rioridade faraônica em escala mundial. Assim, há diferença radical entre o modo com que as relações internacionais são administradas e o modo como são apresentadas ao público. Quando se compara uma carta ou um tratado a uma inscrição comemorativa, é difícil acreditar que se trate de um mesmo episódio, dada a grande diferença de avaliação dos fatos e das relações entre as partes.

Mas nem todas as relações se desenvolvem entre cortes reais, nem sempre há uma apresentação ideológica tão forte. Existe um comércio de mercadores, existem negociações sem quaisquer cerimônias, há uma necessidade de colocar em contato vários sistemas de pesos e de valores para poder fazer contas entre ambientes que avaliam um objeto de diferentes maneiras, ou simplesmente que usam diversos sistemas de peso. As

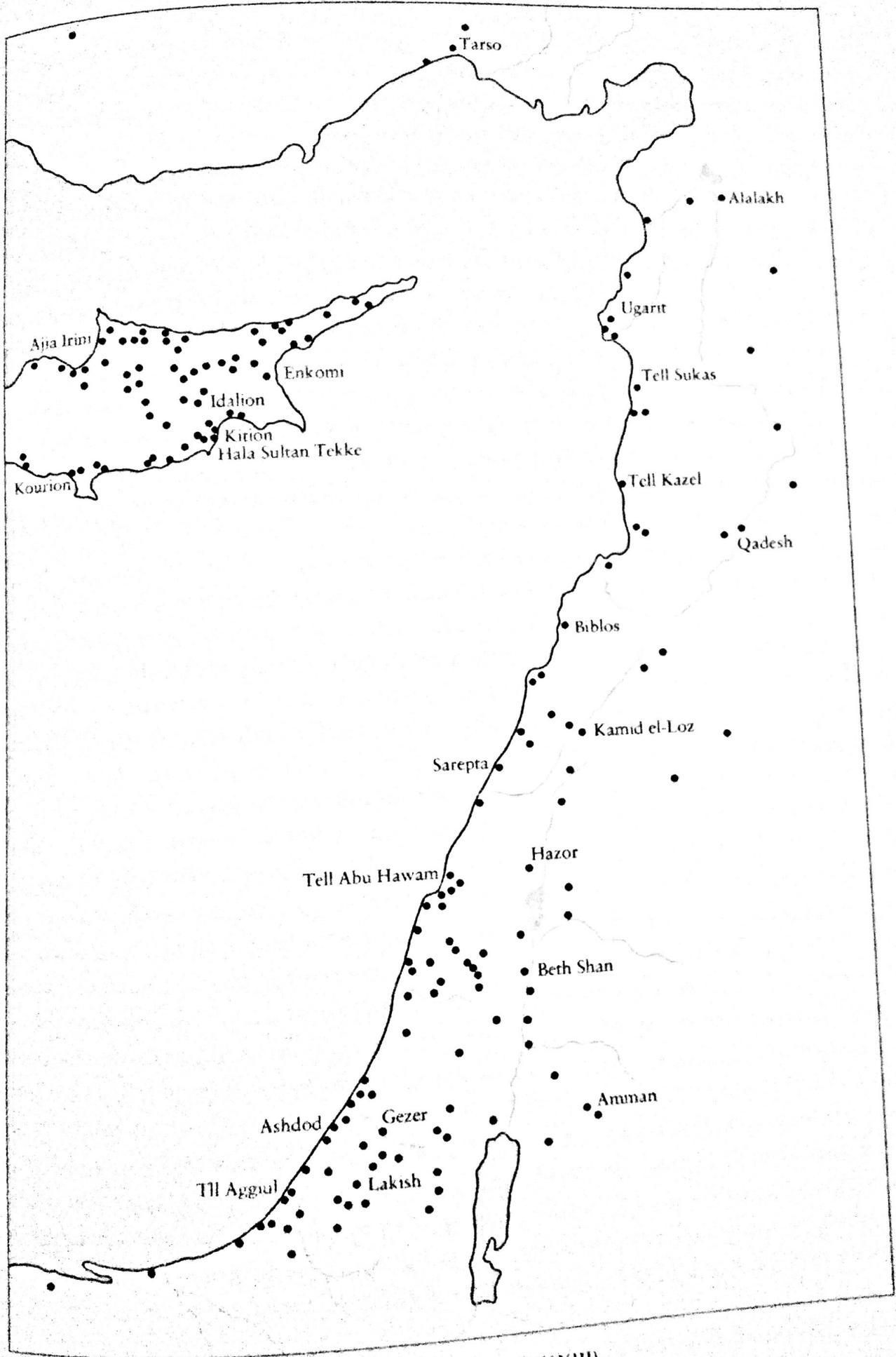


Figura 89. Difusão da cerâmica micênica no Levante (séculos XIV-XIII).

vezes, a presença de mercadores estrangeiros é tão numerosa e permanente que se pode falar de verdadeiras colônias. Por exemplo, a concentração de cerâmica cipriota e micênica no porto de Ugarit faz pensar na presença de um núcleo de mercadores egeus; e há documentos sobre semelhante núcleo ugarítico em Chipre. A situação política também influencia essas presenças: assim (em relação a Ugarit), enquanto os mercadores micênicos tinham o apoio de uma entidade política modesta e distante, podendo contar apenas com o valor de suas mercadorias, os mercadores hititas – emissários do grande rei a quem o pequeno rei deve fidelidade e obediência – podiam tratar a partir de uma posição forte, e exercer uma influência financeira que punha em perigo os próprios interesses do rei de Ugarit. Política e comércio estão intimamente ligados, tanto em contextos cerimoniais e oficiais, como na prática mercantil comum. As rotas dos mercadores são bloqueadas pelas fronteiras políticas regionais. Ninguém pode atravessá-las sem o consentimento do rei do território por onde se deve passar. Portanto, dado que cada grande rei tem interesse em fortalecer seus contatos em detrimento dos outros, os contatos são de fato bloqueados ou pelo menos mediados por seu vizinho. O sistema de competências regionais traduz-se em comércios muito ativos, mas de curto alcance, incapazes de adentrar a região vizinha.

As rígidas competências regionais também têm um lado positivo: o grande rei é responsável ante seu colega de igual nível pela segurança dos mercadores e dos mensageiros que percorrem sua região. Mais ainda, cada pequeno rei é responsável diante de seu senhor por tudo o que acontece em seu reino; cada aldeia, enfim, é responsável diante de seu rei por tudo o que ocorre em sua circunscrição. O assassinato de mercadores e assaltos a caravanas estão na ordem do dia: o tamanho reduzido da região habitada e controlada pelos palácios cria amplos espaços (especialmente montanhosos e semiáridos) a serem atravessados com o risco de assaltos dos nômades, e o mesmo acontece com o território agrícola, dada a distância que separa o palácio das aldeias. As grandes riquezas transportadas pelas caravanas de mercadores (frente ao miserável padrão de vida de camponeses e pastores) estimulam frequentes agressões que não podem ser facilmente previstas ou reprimidas pelos palácios. O único modo de garantir a sobrevivência da rede é assumir o ônus e a responsabilidade sobre ela, cada um dentro de sua jurisdição territorial. O procedimento segue as linhas horizontais (entre níveis semelhantes) e verticais (entre senhor e servo) que caracterizam o quadro político da época. Assim, os palácios asseguram compensação para as vítimas e para seus bens (e logo se desforram das aldeias onde o crime ocorreu), sem nunca identificar os responsáveis. Quando comparado com o comércio paleoassírio, o do Bronze Tardio possui não apenas um perfil sociopolítico distinto, mas também riscos superiores. A decisão (inconsciente, mas evidente) dos palácios reais de distanciarem-se da população tem seus frutos negativos: a exploração das aldeias pelos palácios tem como contrapartida uma taxa que camponeses e pastores impõem às caravanas que passam por suas terras.